



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 71

QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMARIO DA ATA DA 81ª SESSÃO, EM 16 DE AGOSTO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagem do Sr. Presidente da República

N.º 149.72 (n.º 229.72, na origem), de agradecimento de comunicação referente à escolha do Senhor José Sette Câmara para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Socialista Tcheco-Eslovaca.

2.2 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

Projeto de Resolução n.º 18, de 1972, que suspende a execução da primeira parte do art. 61 da Constituição do Estado da Guanabara de 1967, declarado inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal de 28-4-70 (redação final).

2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 1.º de setembro, às 18:50 horas, destinada a abrir oficialmente os festejos da Semana da Pátria.

2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR CARVALHO PINTO — Primeira Semana Internacional de Filosofia, realizada pela Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, de 16 a 22 de julho do corrente ano, em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil.

SENADOR DANTON JOBIM — Repercussão dos discursos pronunciados pelos Generais Breno Borges Fortes e Joaquim Fontoura Rodrigues, por ocasião da solenidade da apresentação dos novos oficiais gerais.

2.5 — Requerimentos

N.º 90, de 1972, de autoria dos Srs. Carvalho Pinto e Franco Montoro, de transcrição nos Anais do Senado da Mensagem Final da Primeira Semana Internacional de Filosofia, realizada pela Sociedade Brasileira de Filósofos Ca-

tólicos, de 16 a 22 de julho de 1972, na Câmara Municipal de São Paulo, em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil.

N.º 91, de 1972, de autoria do Senador Filinto Müller e por S. Ex.ª justificado da tribuna, que solicita a constituição de uma Comissão de três membros para representar o Senado no lançamento, pelo Ministro da Agricultura, da Campanha da Produção e da Produtividade, a realizar-se em Uberlândia, a 18 de agosto.

2.6 — Comunicação da Liderança da ARENA

Substituição de membro da Comissão Mista, que dará parecer sobre a Mensagem n.º 44, de 1972 (CN).

3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13.72 (n.º 60-B 72, na Câmara), que aprova o texto do Instrumento de Emenda, de 1971, da Carta das Nações Unidas, adotado em Nova York, a 20 de dezembro de 1971, que aumenta o número de membros do Conselho Econômico e Social de 27 (vinte e sete) para 54 (cinquenta e quatro). **Aprovada**, à promulgação.

Projeto de Resolução n.º 37.72, que suspende a proibição contida nas Resoluções n.º 58, de 1968 e n.º 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo aumente o limite de endividamento público, com a emissão de bônus rotativos. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR RUY CARNEIRO — Declarações do economista Rômulo de Almeida à imprensa pernambucana sobre a atuação da SUDENE no processo de desenvolvimento e integração do Nordeste.

SENADOR RUY SANTOS — Resultados econômicos do 1.º semestre 72 do Brasil.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. Encerramento.

6 — Ata das Comissões.

ATA DA 81.ª SESSÃO EM 16 DE AGOSTO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José

Lindoso — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo Branco — Petrólio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora

— Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Jessé Freire — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Bap-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

tista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Paulo Tôrres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Filinto Müller — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação referente a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado Federal:

— N.º 149/72 (n.º 229/72, na origem), de 15 de agosto, referente à escolha do Senhor José Sette Câmara para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Socialista Tcheco-Eslovaca.

PARECER

PARECER
N.º 252, de 1972

Da Comissão de Redação
Projeto de Resolução n.º 18, de 1972.

Relator: Sr. Filinto Müller

Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 154, de 1972, proferido sobre o Ofício n.º 18, de 1970 (n.º 15/70, no Supremo Tribunal Federal), e, aprovado, pelo Plenário do Senado, em 20 de junho do corrente ano, foi enviado a esta Comissão, para ser elaborada sua redação final, o Projeto de Resolução n.º 18, de 1972.

De acordo com o que consta das notas taquigráficas do julgado e do próprio parecer da Comissão de Constituição e Justiça, inclusive da ementa do projeto, a declaração de inconstitucionalidade atingiu, apenas, a primeira parte do art. 61 da Constituição do Estado da Guanabara, que equipara os vencimentos dos Desembargadores aos dos Secretários de Estado (voto do Relator, Ministro Aliomar Baleeiro, pág. 18).

Acontece, entretanto, que o artigo único do projeto suspendeu, conforme transcrição, a execução de todo o artigo 61, acima referido.

A vista do exposto, apresentamos, em anexo, a redação final do referido projeto, nos estritos termos do julgado do Supremo Tribunal Federal, requerendo, no entanto, prévia audiência da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1972. — **Antonio Carlos, Presidente** — **Filinto Müller, Relator** — **José Lindoso.**

ANEXO AO PARECER
N.º 252, DE 1972

Redação final do Projeto de Resolução n.º 18, de 1972.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
N.º , DE 1972

Suspende, em parte, a execução do art. 61 da Constituição, de 1967, do Estado da Guanabara.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 799, do Estado da Guanabara, em sessão plenária de 29 de abril de 1970, a execução da seguinte parte do art. 61 da Constituição, de 1967, daquele Estado:

“Art. 61. Os vencimentos dos Desembargadores bem como dos seus substitutos, quando em função, não poderão ser inferiores aos es. tipêndios dos Secretários de Estado...”

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — De acordo com entendimentos entre esta Presidência e a Comissão Executiva Central das Comemorações do Sesquicentenário, ficou estabelecido que, no dia 1.º de setembro próximo, serão, oficialmente, abertos os festejos da Semana da Pátria em Brasília e nos Estados, através de homenagens a serem prestadas pelo Poder Legislativo, constantes de sessões solenes realizadas pelo Congresso Na-

cional, Assembléias Legislativas estaduais e por todas as Câmaras Municipais.

Com esse objetivo, convoco o Congresso Nacional para reunir-se em sessão solene a realizar-se naquela data, às 18 horas e 50 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella.)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Como homenagem de pensamento prestada ao Sesquicentenário de nossa Independência, a recente Semana Internacional de Filosofia, realizada em São Paulo sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, constituiu-se numa expressiva afirmação da filosofia católica contemporânea.

Reunindo 320 pensadores nacionais e estrangeiros — estes provindos de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Suíça, Bélgica, Santa Sé, França, Colômbia e Argentina, pôde o conclave, com base em diálogos científicos desenvolvidos em 15 grupos de trabalho e em 10 plenários, fazer aprofundado estudo do tema básico estabelecido: "Filosofia Brasileira Atual do Humanismo Pluridimensional".

Não é preciso encarecer, por certo, a significação de realizações dessa natureza.

Numa época marcada por desfreado materialismo, em que a velocidade do progresso e o ritmo perturbador dos acontecimentos fazem a humanidade perder, por vezes, a consciência das raízes espirituais que informam a História, é realmente confortadora a iniciativa da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, fazendo reunir altas expressões da intelectualidade cristã para uma fecunda meditação, em torno de temas de inteira atualidade e assinalado alcance filosófico.

Na preocupante disparidade que ora se verifica entre o desenvolvimento das chamadas ciências da matéria e o das ciências sociais — as primeiras atingindo a raia imprevisíveis e estas últimas contidas pela perplexidade e pelo desentendimento entre os homens —, é, sem dúvida, na filosofia cristã que iremos encontrar o roteiro seguro para o desempenho da missão outorgada à humanidade, sobretudo quando uma hipocrisia difusa e generalizada — ocorrente tanto no campo das relações públicas como no das privadas —, vai minando as institui-

ções, desvirtuando os princípios e gerando, na confusão dos espíritos, o perigoso descrédito de valores fundamentais à existência digna e construtiva da criatura humana. É um momento, como reconhece a mensagem conclusiva da Conferência, em que as próprias "ideologias apresentam-se como antifilosofia e anticência"; propiciando "o clima intelectual favorável a um anti-humanismo, além de negar a realidade de uma verdade absoluta e dos valores supratemporais".

Focalizando o humanismo em 12 dimensões distintas, procurou a Semana Internacional traduzir as suas principais conclusões num documento sintético onde, sob as iluminadas perspectivas da cristandade, se encontra valioso subsídio filosófico para a abordagem de problemas da maior transcendência e atualidade.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Franco Montoro — Gostaria de dar ao Senado uma informação que honra, sobremaneira, esta Casa. Terminado o Congresso, a que tive a oportunidade de apresentar uma comunicação sobre o papel da Filosofia, na luta pelo desenvolvimento, o Presidente, referindo-se à participação do Senado na pessoa do seu delegado, que era V. Ex.^a, Senador Carvalho Pinto, destacou a profunda significação do documento enviado por V. Ex.^a Disse o Presidente do Congresso que algumas das sugestões, oferecidas por V. Ex.^a, passaram a integrar as conclusões gerais do certame. Louvo, também, a iniciativa de V. Ex.^a, ao trazer ao conhecimento desta Casa a realização desse Congresso. O desenvolvimento brasileiro, mais do que econômico, social e até político, é, fundamentalmente, um problema cultural. Um país só se desenvolve quando tem a sua própria cultura. Não se descobriu, até hoje, nenhum sistema de vasos comunicantes que permita um país desenvolver outro. Um país só se desenvolve quando tem cultura e capacidade para, conhecendo os seus verdadeiros problemas, tomar as decisões que são do seu interesse. Era o depoimento que queria prestar.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço, nobre Senador, o seu atencioso aparte, que robustece as considerações que venho desenvolvendo.

Fico satisfeito em saber que a minha despretensiosa participação no Plenário daquele conclave constituiu, de alguma forma, uma contribuição do Senado Federal aos trabalhos de tamanha relevância, ali levados a efeito.

Muito grato a V. Ex.^a

Nessas condições e honrado que fui pela Presidência do Senado para representar este órgão naquele conclave, trazendo o meu testemunho a respeito de sua significação e alcance, venho, na forma regimental, em requerimento também subscrito pelo ilustre companheiro de bancada, Senador Franco Montoro, solicitar seja a respectiva "Mensagem Final" transcrita em nossos Anais. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Por requerimento do Líder da Minoria, concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurarei ser breve, mas não poderia a Bancada do MDB no Senado deixar de referir-se ao discurso recém pronunciado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, por ocasião da solenidade de apresentação dos novos generais.

O General Breno Borges Fortes, com a sua autoridade pessoal e funcional, procurou traçar a linha de conduta, nessa emergência, das Forças Armadas.

A cerimônia da apresentação dos novos generais, frisou ele, afirmava o espírito de renovação dos quadros de Oficiais e confirmava o espírito democrático da instituição.

Falou o prestigioso chefe militar da necessidade de manter-se, o que ele chamou, "o espírito ofensivo", e que não deve ser entendido, evidentemente, como mentalidade de violência ou de agressividade. Compreendido no contexto da oração o espírito ofensivo, no caso, significa vigilância e disponibilidade para uma ação que assegure pronta resposta — as palavras não são minhas — "ao desafio da evolução da época, de extraordinárias realizações no campo do conhecimento humano, que exige decisões prontas e rápidas, mas tudo sem perda do equilíbrio e da ponderação".

Focaliza o General Borges Fortes a atividade-fim do Exército, que é a produção de segurança, bem como as atividades paralelas ou complementares, a que precisa devotar-se nesta emergência: a ocupação dos vazios demográficos; a construção de obras de engenharia fundamentais; a educação profissional de conscritos, para o aumento da mão-de-obra especializada; as pesquisas tecnológicas em vários campos e as operações de ação cívico-sociais para melhoria das condições físicas das populações menos favorecidas.

Por outro lado, o General Joaquim Fontoura Rodrigues, falando na sole-

nidade, em nome dos novos oficiais gerais, destacou a formação democrática do Exército e declarou que os recém-promovidos permaneceriam alertas "para que não seja necessária, outra vez, a interferência das Forças Armadas nos destinos políticos da Nação".

Fazemos aqui estas citações para que tenhamos presente a verdadeira fisionomia do soldado brasileiro. É a própria Oposição que envida um esforço para melhor compreensão do papel que buscam representar, nesta hora, as classes militares. Estas, em realidade, nas atitudes de seus líderes e seus legítimos valores, não renegam o sentimento democrático que sempre as animou. Se o poder caiu-lhe nas mãos e nelas se conserva por cerca de oito anos, isto se deve ao clima de desconfiança que se gerou entre militares e políticos. A ausência do diálogo entre uns e outros produziu uma situação que não poderá perdurar por muito tempo.

A Revolução, liderada pelas Forças Armadas, obteve êxitos inegáveis em seu plano nacional de desenvolvimento, no qual se entrosam outros planos setoriais importantes, apesar dos erros e distorções na execução dos mesmos, que o MDB e mesmo parte da ARENA procuram apontar. Num ponto, entretanto, a Revolução falhou: na institucionalização de seus princípios dentro de um quadro de respeito à segurança individual e de aperfeiçoamento dos métodos democráticos de governo.

Ora, o êxito dessa institucionalização é que vai conferir a dimensão política ao movimento iniciado em 1964. Trata-se da meta suprema, que, longe de ser inatingível, pode ser alcançada a curto prazo, mediante o desarmamento dos espiritos. Essa pacificação não implica no comprometimento da segurança nacional, mas na compatibilização desta com a segurança individual, a qual só se realiza no Estado de Direito.

É preciso que se faça justiça às Forças Armadas quanto aos seus propósitos democráticos — que ninguém nega. Mas justiça, igualmente, à chamada classe política. Esta não pode ser marginalizada quando o principal problema que a todos preocupa é de natureza política, qual seja o da criação de instituições políticas estáveis, que, ao invés de comprometer, enriquecerá aos olhos do povo a mensagem da Revolução.

O binômio de que fala o Chefe do Estado-Maior — "Segurança e Desenvolvimento" — é correto, mas exige, para sua concretização, o concurso da atividade política. A participação popular quer nas tarefas de segurança, quer na implementação dos

planos desenvolvimentistas, reclama a colaboração do intermediário natural entre Governo e opinião pública, que é a organização partidária numa sociedade livre e aberta, em que se respeitem escrupulosamente os direitos da pessoa humana, e o arbitrio seja substituído, ou temperado, pelo respeito aos princípios gerais de direito e aos da supremacia das leis.

A verdade é que muitos proclamam o primado desses direitos e normas, mas outros, nos quadros da Revolução, parecem achar que nos devemos converter numa grande potência econômica para realizar depois a democracia do tipo ocidental — pela qual a Revolução sabiamente optou — e a democracia econômica, através de melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento. É como se dissessem: enriqueçamos para que possamos ser um povo livre, sejamos primeiro uma grande potência para que depois possamos dar ao luxo de ser uma democracia política, econômica e social.

Ora, quando as democracias nasceram no Ocidente, nenhuma delas era uma grande potência. Ainda hoje as democracias menos imperfeitas regem nações médias ou pequenas da Europa.

Quanto ao desenvolvimento nacional, está eivado de tais contradições e aproxima-se tanto do momento crítico, que exatamente por motivos de prudência e razões de segurança é que convém não se alimente o povo de esperanças falazes e de um "porque-me-ufanismo" totalmente divorciado da realidade quando se estreita, assustadoramente, a faixa dos que usufruem todas as benesses do progresso global acelerado, o qual se faz desigualmente, exigindo da grande massa do povo — sobretudo da sofrida classe média — sacrifícios cada vez mais duros, enquanto se reduz a ridícula minoria os que estão lucrando com aqueles sacrifícios.

O regime de exceção, em vez de facilitar, dificulta o debate e a colaboração na solução dos problemas por parte dos que por eles se interessam e divergem eventualmente das soluções. A tecnocracia impõe soluções de gabinete ou de laboratório, desprezando o concurso dos políticos e desconhecendo o que pensam os empresários e os trabalhadores de fórmulas que afetarão seus esquemas de trabalho e seu teor de vida.

Somos dos que acreditam que, mais cedo do que se pensa, as Forças Armadas encontrarão o caminho certo, na hora oportuna, para emprestar aos planos de desenvolvimento e ao ideal da normalização política a sua colaboração valiosa e patriótica, a fim de que o binômio "Segurança e Desenvolvimento" se converta em segurança de todos e de cada um, sob a égide do estado de direito, e desenvol-

vimento com justiça, no quadro da democracia representativa.

Não tardará o momento da opção, nessa "encruzilhada do tempo e do espaço, que o destino reservou a nossa pátria", para usar uma expressão do General Borges Fortes. O MDB está disposto a cooperar para que a opção se faça no sentido de um Brasil maior e mais livre, mais livre do que aquele em que vivemos, sob o regime que temos, certo de que civis e militares se confraternizarão para atingir o ideal da plenitude democrática.

Quanto à Oposição, esta não quer ser confundida com o radicalismo que deságua no terrorismo e nutre psicologicamente aqueles antagonismos e pressões, quer internas quer externas, que atentam contra o ímpeto de progresso do Brasil, para usar as palavras do General Borges Fortes.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DANTON JOBIM — Com prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Danton Jobim, pelo que pude alcançar de seu pronunciamento, V. Ex.^a, reconhecendo o quanto se tem feito em favor do desenvolvimento brasileiro, postula o respeito ao direito da pessoa humana, dizendo que não concorda que não devemos primeiro buscar as soluções que vêm sendo perseguidas para depois nos preocuparmos com os detalhes jurídicos ou, como V. Ex.^a chama, a total liberdade de plenitude democrática.

O SR. DANTON JOBIM — Não sou eu quem chama assim. Quem usou a expressão foi o Sr. Presidente da República.

O Sr. Benedito Ferreira — Correto. Foi o que apreendi, foi o que alcançei. Sabe V. Ex.^a que é consenso mais ou menos universal que não basta ser livre — aliás os marxistas argumentam muito desta forma, dizendo que não basta haver liberdade de comprar e vender, se não se tem dinheiro para adquirir, vale dizer, liberdade de morrer de fome. Na verdade, o quadro que anteriormente se verificava no Brasil era de miséria, de analfabetismo e, sobretudo, de ignorância. Nestas condições, dificilmente poderíamos ter um modelo democrático adequado aos nossos anseios e, principalmente, à nossa índole. E o que se vem perseguindo, então? Ao mesmo tempo que se instrui, que se educa — é bom que se saliente este último aspecto, porque até bem pouco tempo, é verdade, se preocupavam com a instrução, mas se esqueciam da educação — já se verifica hoje que nossas escolas, graças à nova filosofia governamental instaurada no Brasil a partir de 64, já se preocupam

também com a educação. Nestas condições, libertando da miséria, instruindo e educando, estamos caminhando também para aquele modelo político, para aquele modelo democrático realmente adequado à nossa índole, à nossa formação. Vejo — e isto me conforta — que já não estamos, Oposição e Governo, tão distantes como — não faz muitos dias, me lembro bem —, na legislatura passada, quando dificilmente se podia ouvir de um líder oposicionista, como sói ser V. Ex.^a, esta compreensão, este entendimento de que, na verdade, há detalhes a serem corrigidos, mas que no todo, no principal, vale dizer, a Revolução tem acertado no atacado, admitindo, como admite a Oposição, que só vem perdendo algumas vezes no varejo. Estas, as observações que queria trazer ao discurso de V. Ex.^a

O SR. DANTON JOBIM — Agradeço a contribuição que dá ao meu discurso o aparte do nobre Senador por Goiás.

Devo repetir, entretanto, aquilo que tenho dito e repetido aqui: as democracias, como quaisquer criações do espírito humano, são imperfeitas e não alcançam o aprimoramento senão muito lentamente, através da prática cotidiana dos princípios democráticos. Não há nisso qualquer novidade. É o óbvio.

Muitas dessas nações, a que fiz referência no meu modesto discurso, eram realmente democracias àquela época. Hoje, com a concepção que temos do regime democrático, seriam consideradas "democracias de fachada". Entretanto, foi assim que elas começaram, para o desprezando aqueles princípios fundamentais que devem caracterizar o sistema democrático representativo, com paciência e tenacidade, foi que elas chegaram ao grau de aperfeiçoamento em que hoje se acham.

Por outro lado, agradeço a V. Ex.^a o ter declarado que estava satisfeito por verificar que a Oposição manifestava certa compreensão pelo esforço que se vem fazendo, no atual Governo, para o desenvolvimento nacional. Posso dizer que essa compreensão existe realmente, pelo que posso inferir através de contatos com muitos dos nossos ilustres companheiros. Entretanto, entendo seja necessário que, assim como reconhecemos os êxitos alcançados pelo Governo, através da política adotada pelo Governo, embora criticando suas distorções — e o temos feito quase que diariamente —, V. Ex.^a, nobre Senador Benedito Ferreira, também deveria vir para o nosso lado e engrossar as nossas fileiras...

O Sr. Ruy Santos — Também, não!

O SR. DANTON JOBIM — ... batendo-se, mesmo dentro do seu Par-

tido, por que se clareassem os horizontes em relação à devolução, ao povo brasileiro, daquelas franquias que lhe foram retiradas.

O Sr. Benedito Ferreira — Consente V. Ex.^a uma nova observação?

O SR. DANTON JOBIM — Como não?

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador, V. Ex.^a colocou muito bem o problema. Referindo-se às democracias consolidadas nesses países, há que levar em conta estes aspectos: a época, as circunstâncias, a mentalidade do povo, os meios de comunicação, enfim — o que é mais importante — a época em que esses países transitaram pelo caminho por que vimos transitando neste momento que vive a nacionalidade. Os fatores que afligiam o homem naquele período e aqueles que nos afligem hoje, sabe V. Ex.^a, são bem diversos; é diversa a ansiedade, a angústia que atormenta o homem atual, particularmente o brasileiro, vítima de doutrinas espúrias e de imperialismos incompatíveis com a nossa formação. Na maioria dos casos, os países que têm uma democracia plena, que a exercitam e a vivem em toda a sua plenitude, quando da implantação, quando da formação dos seus modelos políticos, não passavam, sem dúvida, por aqueles problemas que a Revolução vem enfrentando nos dias atuais, no Brasil de hoje. Esta, a observação que creio inessenciária — e este, o ponto nevrálgico — para justificar as medidas de exceção, que são transitórias. Sabe V. Ex.^a que aí estão as nossas Forças Armadas, aquelas que, circunstancialmente, detêm a maior parcela de responsabilidade nas decisões do Brasil atual. Estão aí as Forças Armadas a manifestar sua preocupação de que elas não precisem mais interferir no processo político. Esta, a esperança; este, o espírito da Revolução; este, o espírito que alimenta a todos nós e que alimenta nossas esperanças de que, a curto prazo, estejamos libertos, livres mesmo, do terrorismo, livres das doutrinas incompatíveis com a nossa formação, para que, então, possamos ficar livres, de uma vez para sempre, das medidas de exceção e, assim, vivermos a democracia ansiada e postulada por V. Ex.^a

O SR. DANTON JOBIM — Mais uma vez agradeço a intervenção de V. Ex.^a, que me obriga, entretanto, a mais uma ponderação. Quando V. Ex.^a se referiu ao fato de que essas democracias, de que fizemos menção no nosso pronunciamento, foram criadas em outras épocas, em outros tempos, quando os problemas eram menos complexos do que os de hoje, V. Ex.^a incorre num grave equivoco. Bastará tomar apenas o exemplo do Brasil, que teve quase seis anos de paz, de estabilidade, pelo menos institucional

— quando a França sofria os efeitos de cinco ou seis golpes de estado — e éramos consagrados perante a América com aquela expressão honrosa do Presidente Mitre: "Democracia coroada". Pois bem, nessa época existia no Brasil a escravidão, que era obstáculo maior à prática democrática e do Estado de Direito.

Essa enorme mancha na civilização brasileira perdurou, como se sabe, até 1888, um ano antes do fim da Monarquia. Apesar do desejo da maioria dos nossos grandes homens públicos de que essa mácula fosse apagada, ela continuou, chaga social vergonhosa, a impedir que uma boa parte da população brasileira fosse integrada na cidadania.

Mas, também, se remontarmos a um exemplo muito mais recuado, o da Grécia Antiga, verificaremos que na democracia de Atenas, ao tempo de Péricles, muito pouca gente participava do processo político. Na Inglaterra — poderíamos, ainda, chamar aqui a atenção para esse outro exemplo — até 1912, se não me engano, ainda existiam os famosos "burgos pobres", que, apesar de colégios extintos, elegiam deputados à Câmara dos Comuns. As eleições ainda não eram lisas, nem entre os ingleses. Foi justamente a grande reforma política empreendida do então poderoso Partido Liberal, que se conseguiu implantar, pela primeira vez, na Inglaterra, uma série de princípios já reconhecidos e proclamados teoricamente, mas que de fato não praticados no Reino Unido.

Por outro lado ainda na Inglaterra, como V. Ex.^as sabem muito bem, foi no século XIX, na primeira metade deste século, que a Igreja Católica Apostólica Romana teve seus direitos reconhecidos, pois a própria liberdade de consciência era palavra vã para os católicos, os papistas, como eram chamados então.

Assim, Democracia não é obra de um dia, ela tem que ser corajosamente plantada e, depois, através do esforço pedagógico dos grandes estadistas, dos verdadeiros reformadores, que não procuram interromper o processo político, mas aperfeiçoá-lo e acelerá-lo, é que ela consegue elevar seu grau de aprimoramento.

De maneira que não vejo nada demais em que num país, que hoje se declara na liderança do desenvolvimento internacional, com uma renda per capita ascendente e uma taxa de crescimento invejável embora possua um grande número de analfabetos — que são como os escravos e ilotas da antiga Grécia, porque não estão integrados na cidadania clássica — nesse país se estabeleçam os princípios fundamentais da Democracia. Teríamos uma democracia de intenção, dirá V. Ex.^a, mas de qualquer modo, qualquer

democracia é de intenção, qualquer democracia é imperfeita, qualquer democracia vive dos ideais, dos horizontes abertos para o anseio de liberdade do homem, das perspectivas que se abrem através da representação popular nos parlamentos, do livre debate através da imprensa livre e, enfim, do respeito aos direitos da pessoa humana, àquelas franquias que nós proclamamos intocáveis, com a nossa assinatura, na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a novo reparo? (Assentimento do orador.) — Apenas para dizer o quanto V. Ex.^a é generoso. V. Ex.^a, com a sua argumentação, vem exatamente em meu socorro. Citou V. Ex.^a que há menos de 90 anos tínhamos escravidão no Brasil, mas lembraria que só em 1520, aproximadamente, viemos a receber os primeiros colonos. Vale dizer, há 450 anos começou o ciclo de civilização deste continente que é o Brasil, e V. Ex.^a quer fazer o cotejo da Democracia brasileira com aqueles países que têm séculos e às vezes milênios à nossa frente, em termos de civilização. Na verdade, temos caminhado muito, porque o que tínhamos, desgraçadamente, era uma democracia de fachada. Não tínhamos essência democrática. Não tínhamos, no Brasil, a igualdade de oportunidades, que acho ser o fundamental da Democracia. V. Ex.^a se lembra — e já o verberou tantas vezes como jornalista — do que existia, o que ocorria no Brasil. Era o período do pistólo, do apaniguado. Tínhamos liberdade aparente. A liberdade que tínhamos, em verdade, era instrumento dos marxistas, instrumento dos comunistas, a que me reporte há pouco, liberdade de morrer de fome, liberdade de morrer na miséria. Quero crer que V. Ex.^a, generosamente, ao trazer à colação a nossa situação escravagista há menos de um século, um país novo como o nosso, cotejado com o acultramento existente no povo francês, com a grandiosa Inglaterra, com aquela experiência extraordinária de Democracia, o povo brasileiro é realmente, e deve se ufanar disso, um povo extraordinário porque em tão pouco tempo, com a massa humana, grande parte dela há pouco tempo ainda era escrava, com essa miscigenação, com o fruto desse caldeamento, nós chegamos onde chegamos, ao ponto de anunciarmos ao mundo o nosso desenvolvimento, sermos adjetivados por aqueles que não querem reconhecer a nossa capacidade de trabalho como milagreiros, porque o que vem acontecendo para os menos informados é um verdadeiro milagre. Agradecido a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A Presidência lembra ao nobre orador que o seu tempo regimental está se esgotando.

O SR. DANTON JOBIM — Agradeço a advertência, Sr. Presidente, mas devo dizer ao nobre Senador por Goiás que bebi as suas palavras e considero-as como uma contribuição, porém, à minha tese. A verdade é que essas comparações que procurei estabelecer aqui, chamando à colação nações, democráticas, como disse V. Ex.^a — a verdade é que essas democracias de países seculares já foram, realmente, a consequência de uma longa evolução, evolução que teve seus altos e baixos. Vimos que a França, como eu disse há pouco, vivia em permanente instabilidade política. Restaurada a Monarquia, Napoleão estabeleceu uma ditadura férrea no país, embora tenha espalhado pela Europa os ventos das grandes reformas da grande Revolução. Depois veio a Realza, propriamente dita, com a volta dos Bourbons, que durou pouco. Restabelecida a República, depois, logo depois, é substituída pela monarquia do Rei Burguês, de Luiz Felipe, monarquia que seguiria os princípios liberais do tempo de Luiz XVIII, mas que, por outro lado, se atirava à realização de certas reivindicações da burguesia francesa, já rica e poderosa. Pouco tempo, no entanto, durou a realza de Luiz Felipe, e veio novamente a República, com o Príncipe Presidente, que se fez logo Imperador, numa tentativa frustrada de restaurar as glórias napoleônicas.

Pois bem, todas as democracias do mundo passam por estes revezes, mas o que é importante na França, em meu modo de ver, é que nunca se partiu o fio condutor: o grande princípio liberal que ligava todos aqueles movimentos e reformas. Havia algo intangível para todos os grandes tradistas políticos naquele tempo, a idéia democrática de que o governo devia emanar do povo e não se sobrepor às leis elaboradas pelos delegados do povo.

A verdade é que, no Brasil, tivemos todos aqueles anos de democracia coarada, para usar a expressão de Mitre, a democracia que comportava nosso grau de evolução, e essa democracia funcionava, muito embora houvesse o voto poluído pelo caciquismo. Alcançamos então uma representação brilhante no Parlamento, que era a representação do Brasil político daquela época, da opinião esclarecida do tempo. É certo que, quando aqueles grandes homens, um Visconde do Rio Branco, um Paraná, um Senador Nabuco, apelavam para suas Províncias, iam amparados pelos Gabinetes que primeiramente eram formados pelo Imperador; depois, então, de acordo com o famoso Sorites de Nabuco, fazia-se a eleição.

Mas, Sr. Presidente, preciso terminar, porque V. Ex.^a está-me advertindo. Eu ia dizendo há pouco que a

Oposição não constitui obstáculo, de nenhum modo, à estabilização das instituições no Brasil.

Estou certo de que serão as instituições democráticas, escoimadas, com o tempo, de uma série de defeitos que seriam introduzidas sob a alegação de que isto era necessário para que atravessássemos um período difícil da nossa vida institucional, essas instituições se implantariam no Brasil quando desaparecer o clima de desconfiança entre a política e as Forças Armadas.

Quanto à Oposição, esta não quer ser confundida com o radicalismo que deságua no terrorismo e nutre psicologicamente os "antagonismos e pressões, quer internos, quer externos, que atentem contra o impeto de progresso do Brasil". O que ela não pode e não deve é desertar de sua missão de participar do debate dos nossos problemas através da crítica dos planos de governo. É aceitando o diálogo com os que divergem de soluções e de métodos de ação do governo, bem como da conduta de seus agentes, que a Revolução se poderá legitimar como um movimento democrático, do qual constitui pressuposto um parlamento não apenas tolerado, mas livre e autônomo na esfera de suas atribuições.

Por outro lado, a Oposição quer segurança não apenas para os que governam, mas para os que dissitem dos rumos tomados pela Revolução e acham que já é tempo de restaurar as garantias essenciais à normalização da nossa vida pública. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Wilson Campos — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Amaral Peixoto — Gustavo Capanema — José Augusto — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Saldanha Derzi — Celso Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 91, de 1972

Nos termos do art. 68 do Regimento Interno, requeiro a constituição de uma Comissão de três membros, para representar o Senado no lançamento, pelo Ministro da Agricultura, da Campanha da Produção e da Produtividade.

de, a realizar-se em Uberlândia, a 18 de agosto.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1972. — **Filinto Müller.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o art. 234, § 1.º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será submetido a exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 90, de 1972

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado da mensagem final da Primeira Semana Internacional de Filosofia, realizada pela Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, de 16 a 22 de julho de 1972, na Câmara Municipal de São Paulo, em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1972. — **Carvalho Pinto — Franco Montoro.**

O Sr. Filinto Müller — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Com a palavra o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente poucas palavras, para justificar a razão por que apresentei esse requerimento.

Sabe V. Ex.ª, ficou estabelecido que o Senado não mandará representação a solenidades que se realizem nos Estados, a não ser quando receba convite oficial para fazê-lo.

Neste caso, quero esclarecer que, há cerca de oito dias, tive um encontro com o Ministro da Agricultura e S. Ex.ª me consultou sobre a maneira como proceder no sentido de convidar o Senado para fazer-se representar na abertura da Campanha da Produção e da Produtividade, que contará com a presença do Presidente da República, em Uberlândia, no dia 18 do corrente. Queria saber S. Ex.ª se o convite deveria ser dirigido à Comissão de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou à Presidência de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Aconselhei-o a que enviasse uma carta-convite ao Presidente do Senado mas tive conhecimento de que, até hoje pela manhã, ainda não havia chegado o convite. O Ministro Cirne Lima, encontrando-se comigo, hoje,

perguntou-me por que não se havia tomado providência para a designação de uma comissão. Por isso, logo que cheguei ao Senado, tive o cuidado de formular esse requerimento. Posteriormente à formulação do requerimento, chegou o convite do Ministro da Agricultura. Então, achei desnecessário o requerimento. Em todo o caso, já que o requerimento foi apresentado, V. Ex.ª decidirá como julgar mais acertado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o § 1.º do art. 68 do Regimento Interno, o requerimento deverá figurar na Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, em 16 de agosto de 1972
Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Saldanha Derzi, por se encontrar ausente, pelo Nobre Senhor Senador Lourival Baptista na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 44, de 1972 — CN, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.229, de 5 de julho de 1972, que declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1.º, alínea b, da constituição, o Município de Guaraciaba, do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 247, de 1972) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1972 (n.º 60-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Instrumento de Emenda, de 1971, da Carta das Nações Unidas, adotado em Nova Iorque, a 20 de dezembro de 1971, que aumenta o número de membros do Conselho

Econômico e Social de 27 (vinte e sete) para 54 (cinquenta e quatro).

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada sua discussão sem emenda, nem havendo requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1972 (n.º 60-B/72, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1972

Aprova o texto do Instrumento de Emenda, de 1971, da Carta das Nações Unidas, adotado em Nova Iorque, a 20 de dezembro de 1971, que aumenta o número de membros do Conselho Econômico e Social de 27 (vinte e sete) para 54 (cinquenta e quatro).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto do Instrumento de Emenda, de 1971, da Carta das Nações Unidas, adotado em Nova Iorque, a 20 de dezembro de 1971, que aumenta o número de membros do Conselho Econômico e Social de 27 (vinte e sete) para 54 (cinquenta e quatro).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 37, de 1972 (oferecido pela Comissão de Economia em seu Parecer n.º 236, de 1972), que suspende a proibição contida nas Resoluções n.º 58, de 1968 e n.º 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo aumente o limite de endividamento público, com a

emissão de Bônus Rotativos, tendo

PARECER, sob n.º 237, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o
projeto de resolução, queiram perma-
necer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Reda-
ção.

É o seguinte o projeto aprova-
do:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37, de 1972

Suspende a proibição contida
nas Resoluções n.º 58, de 1968 e
n.º 79, de 1970, para permitir que
o Governo do Estado de São Pau-
lo aumente o limite de endivida-
mento público, com a emissão de
Bônus Rotativos.

Art. 1.º É suspensa a proibição
constante do art. 1.º da Resolução n.º
58, de 1968, revigorada pela de n.º 79,
de 1970, ambas do Senado Federal, pa-
ra permitir que o Governo do Estado
de São Paulo possa aumentar em Cr\$
300.000.000,00 (trezentos milhões de
cruzeiros), o limite de endividamento
público, com a emissão de Bônus Ro-
tativos, visando a obter recursos com-
plementares destinados ao atendi-
mento de obras prioritárias, desde que
condicionada a sua colocação no mer-
cado no prazo mínimo de 6 (seis) me-
ses, em montantes mensais a serem
estabelecidos pelo Banco Central do
Brasil.

Art. 2.º Esta Resolução entra em
vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin-
denberg) — Esgotada a matéria con-
stante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy
Carneiro, orador inscrito.

O SR. RUY CARNEIRO — (Pronun-
cia o seguinte discurso.) Senhor Pre-
sidente, Senhores Senadores, nunca
será demais realçar a importância,
para o Nordeste, da criação da SU-
DENE, vna das grandes realizações
do governo do notável e progressista
Presidente Juscelino Kubitschek de
Oliveira, em prol daquela sofrida re-

gião. Talvez, iniciativa alguma gover-
namental, em nosso País, tenha tido
inspiração tão feliz e elevada, huma-
na e patriótica quanto essa, adotada
pelo ex-presidente, com a finalidade
de dar solução definitiva ao proble-
ma nordestino. E os meus irmãos da
aquela região reconhecem isso e são
gratos ao seu grande benfeitor, que
esforço algum poupou para socorrer o
povo bom do Nordeste, quando vitimado
pelo flagelo da seca no início de
sua administração.

Somos justos reconhecendo que não
seria fácil nem rápido, alcançar a in-
tegração daquela região no processo
de desenvolvimento nacional. Tanto
quanto a importância do problema
nordestino, inclusive para a seguran-
ça nacional, foi a consciência dos obs-
táculos e dificuldades a serem venci-
dos, que conduziu a criação da SU-
DENE, cuja ação de renovação e for-
talecimento da economia daquela zo-
na sofridora há de prolongar-se ain-
da por muitos anos.

Desgraçadamente, passado todo es-
se período da criação daquele órgão, a
nossa região continua a apresentar
problemas graves, cuja complexidade
mais difícil torna sua solução. Não me
parece, porém, justo, pois distante da
verdade, negar numerosas e conside-
ráveis realizações da SUDENE em o-
da a região por ela abrangida. Dessa
visão negativista não compartilho,
como muitos, contagiando o nosso po-
vo, que mesmo enfrentando ainda so-
frimentos enormes, reconhece e pro-
clama o mérito da SUDENE, em cuja
ação coloca, hoje como ontem, suas
maiores esperanças.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, mul-
to ainda falta para o Nordeste se in-
tegre no processo de desenvolvimento
brasileiro, resolvidas suas graves ques-
tões e asseguradas ao seu povo con-
dições de vida semelhantes às exis-
tentes no Centro-Sul do País. Isso,
porém não nos pode conduzir à crí-
tica tão fácil quanto injusta, nem dei-
xarmos de reconhecer o grande es-
forço empreendido pelo Governo Fe-
deral em favor de nossa região, so-
bretudo através daquela entidade.

É por assim sentir e entender que
lemos, com satisfação, declarações do
ilustre economista Rômulo de Almei-
da, feitas na capital pernambucana,
quando o criador do Banco do Nordeste
— outra grande realização em nos-
so favor — diz que “A SUDENE não
malogrou em seus objetivos”. E com
sua indiscutível autoridade, lamenta
a difusão dessa idéia derrotista, ren-
dendo graças a Deus por não ser exa-
ta.

Na sua crítica autorizada e cons-
trutiva, aquele brilhante economista
baiano, afirma os êxitos daquele ór-
gão, sobretudo no campo da industria-
lização. Destaca, como pontos fracos
na solução da problemática nordesti-

na, o programa agropecuário, bem
como aquele relacionado com a infra-
estrutura, que foi relegado para plano
secundário, quando se impunha ter
sido realizado pelo Governo. Quanto a
este, entretanto, mostra que a mar-
cha lenta na sua solução se deveu à
não liberação de verbas por parte do
Governo Federal: “Nos projetos de in-
fra-estrutura — diz o conhecido eco-
nomista — 45% de recursos votados
para o Nordeste não foram liberados
entre 62/69. Dos 249 milhões de cru-
zeiros, previstos para 1967, somente 95
milhões foram liberados. A culpa, por-
tanto, não é da SUDENE, e sim do Co-
verno Federal”, afirma o Dr. Rômulo
de Almeida.

As notórias crises e dificuldades por
que passou o País, nestes últimos
anos, devem, sem dúvida, ter contri-
buído para esse comportamento. Mas,
hoje, vemos o esforço realizado pelo
Governo Federal, intensificando, ao
máximo, sua ação para a recuperação
do tempo perdido. E os setores, tão
carentes de recursos, apontados pelo
Prof. Rômulo de Almeida, terão sem-
pre maior apoio.

Sempre com o conhecimento do as-
sunto e a partir de propósitos cons-
trutivos, aquele brilhante economista
aponta pontos fracos da SUDENE —
como na administração dos incentivos
fiscais, que deseja tão eficiente quan-
to na aprovação e fiscalização dos pro-
jetos elaborados para o progresso do
Nordeste. É evidente a existência aqui,
de falha administrativa, cuja corre-
ção será fácil, e que tem sido preo-
cupação do Ministro Costa Cavalcanti,
representante de Pernambuco no Con-
gresso Nacional, habilitado ao coman-
do da operação.

De forma alguma, porém, se pode
condenar a SUDENE que constitui a
nossa esperança, como desgraçada-
mente alguns pessimistas o fazem, ao
nosso ver sem razão. Ao contrário:
deve ela ser incentivada até mesmo
para permanente aperfeiçoamento de
programas e métodos de ação, o que,
aliás, vem sendo feito com notória
eficiência, até porque aquele órgão,
que o Presidente Juscelino criou para
salvar nossa região sofrida, dispõe de
elementos técnicos, não somente com-
petentes como dedicados. Da simples
mudança que se vai operando na área
nordestina decorre a necessidade de
constante trabalho de atualização e
reformulação, a partir de novas rea-
lidades. É isto que o nosso povo re-
clama; a isto aspira, faz jus e nisso
vem sendo, senão no todo, mas, em
parte atendido. Mesmo que assim não
se desse, razão alguma haveria para
o derrotismo. Tocaria a nós, represen-
tantes do Nordeste, reivindicar,
apontar falhas e erros e pedir sua cor-
reção, jamais caindo no negativismo,
no derrotismo, pois poderemos sempre
confiar no patriotismo de nossos go-
vernantes.

Tenho proclamado nesta Casa, e continuarei a fazê-lo, que o fracasso da SUDENE será uma catástrofe para o nordestino cujos olhos cheios de esperança para ela continuam voltados.

Nada enfatiza o interesse atual do Governo Federal para com o Nordeste do que os planos para a criação de um poderoso complexo químico-mineral no eixo Salvador—Aracaju, Maceió—Recife, cuja implantação revolucionará toda a vida econômica do Nordeste. Trata-se de empreendimento colossal e que não pode ser concretizado de um instante para outro. Mas, acredito que a força de decisão do Governo Médico está fartamente demonstrada: aí temos a criação do pólo petroquímico do Nordeste e a Fábrica Nacional de Alcalis que iniciará a instalação de uma grande usina de barrilha em Sergipe. E diversos outros passos decisivos para a criação desse poderoso complexo químico-mineral vêm sendo dados. Nenhuma dúvida portanto poderemos ter de que tudo isso virá impulsionar o Nordeste, mais breve do que se poderá supor, se tornando a mais esplêndida realidade no rincão sofredor onde nascemos. As consequências dessas iniciativas são tão notórias quanto imensas e seus reflexos virão forçar o próprio desenvolvimento industrial e agrícola da região.

Tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi bem acentuado pelo Prof. Rômulo de Almeida, em suas recentes declarações à imprensa de Recife em defesa da SUDENE — o qual, simultaneamente fez crítica construtiva para que ela não se desmorone e também para o seu aprimoramento.

Diante de pronunciamento feito com tanta autoridade, pelo ilustre economista baiano, não poderíamos deixar de aplaudir sua iniciativa, especialmente quando se ergue no protesto contra a condenação da SUDENE e a difusão de uma visão falsa e terrivelmente negativista, estéril que é preciso ser combatida, pois a isso nos impele a verdade e, também, o interesse maior de nossa gente, que é o fortalecimento daquela fonte poderosa das nossas esperanças.

Dúvida alguma temos, Sr. Presidente, de que a SUDENE continuará se aperfeiçoando e multiplicando a ação benfazeja que há mais de dez anos vem procurando realizar no Nordeste dentro do pensamento e dos propósitos do seu grande criador o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. E contará sempre com o apoio do Congresso Nacional e também estou convicto de que não faltará o absoluto amparo do Chefe da Nação. A luta será ainda árdua e longa, mas seu desfecho se torna cada dia mais visível e significará a definitiva redenção da gente nordestina.

Ao fazer essas despretensiosas apreciações em torno de pronuncia-

mentos autorizados feitos à Imprensa pernambucana pelo conceituado economista Rômulo de Almeida, pelo fortalecimento da SUDENE, desejo evocar calorosos apelos que formulei ao preclaro Presidente Garrastazu Médici desta tribuna quando aquele órgão completou 10 anos de existência e sua Excelência endereçou ao seu Superintendente uma bela mensagem de conteúdo positivo que ratificava aos nordestinos a confiança nos propósitos humanos e patrióticos quanto ao amparo de seu Governo à SUDENE.

Naquela oportunidade dirigia os destinos daquele importante órgão o General Tácito Theophilo de Oliveira, apaixonado pela sua região pobre, e que foi logo depois substituído pelo General Evandro de Souza Lima, que, embora tenha nascido em São Paulo é filho de piauiense e casado com uma cearense. Sendo assim acredito tenha ele igualmente em seu coração profundo empenho pela sorte do Nordeste.

Renovo neste instante, com absoluta confiança ao Chefe da Nação, aquele apelo anterior e que as suas palavras contidas no documento referido, continue a ter validade, dando S. Ex.^a integral e carinhoso apoio à SUDENE, cujo fracasso será um golpe cruel nas esperanças de milhões de nordestinos que, tenho certeza, estão bem acolhidos na afetividade patriótica e humana do dirigente do povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

(Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o Senado ouviu nesta tarde dois pronunciamentos de eminentes representantes da Oposição. Em ambos, os ilustres Senadores que aqui integram a Bancada do MDB tiveram oportunidade de destacar a esperança que têm na ação do Governo, a confiança que depositam no Poder público nacional, pelo desenvolvimento a que se vai levando o País.

O eminente Senador Danton Jobim, comentando pronunciamentos de ilustres chefes militares teceu oportunas considerações, nos termos que

eram de esperar de um homem da sua formação política.

O eminente Senador Ruy Carneiro também destacou o que vem sendo feito pelo Governo no Nordeste, através da SUDENE.

Assim sendo, Sr. Presidente, para dar um atestado não a S. Ex.^{as}, que não precisam, mas à Casa, julgo do meu dever trazer ao conhecimento do Senado um balanço dos resultados econômicos do primeiro semestre deste ano no Brasil.

São dados que me são enviados pelo Ministério do Planejamento, com base em informações disponíveis do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas, da CACEX e do Banco Central.

No setor industrial, temos que anotar que na indústria metalúrgica a elevação foi de 3,7 para 15,1% neste ano, comparando com o anterior; na indústria mecânica, de 3,5 para 32,9%; em material de transporte, de 20,7 para 24,4%; em produtos de matérias plásticas, de 1,18 para 25,5%; na indústria têxtil, de 9 para 9,7%; em produtos alimentares, de 5,2 para 15,0%.

O consumo industrial de energia elétrica elevou-se da média mensal de 783,9 para 856,0 milhões de KWH (mais 9%).

A produção de aço em lingotes passou de 2.326 mil toneladas, no período janeiro a maio, para 2.582 mil toneladas com um acréscimo, portanto, de aproximadamente 11%. Mais expressiva ainda foi a elevação ocorrida quanto aos laminados, com cerca de 16%, passando a produção de 1.795 mil para 8.079 mil toneladas.

O total de cimento produzido de janeiro a maio correspondeu a 4.357 mil toneladas, representando mais de 11% do que em 1971 (3.865 mil t.).

A produção de veículos, exceto tratores, até maio, elevou-se a 245 mil unidades, representando acréscimo de 25% sobre a de igual período de 1971, quando o total foi de 195,3 mil unidades. É relevante assinalar que a produção durante o mês de maio representou um novo recorde, com 56,4 mil unidades, suplantando de muito o nível máximo de 49,1 mil unidades em um mês, ocorrido em 1971 (outubro). A produção de tratores atingiu 12.145 unidades, enquanto o total de 1971, também em maio, fora de 6.288 unidades, havendo aumento, portanto, de 93%.

Emprego e salário real na indústria de transformação:

Segundo as amostras de emprego realizadas pela Fundação IBGE, o emprego na indústria de transforma-

ção, no período janeiro-abril de 1972, cresceu em 4,2% sobre igual período do ano anterior.

Os resultados favoráveis alcançados no primeiro quadrimestre de 1972 decorreram sobretudo da expansão do emprego nos Estados de São Paulo (4,9%) e Rio Grande do Sul (6,9%), que compensou a evolução pouco satisfatória em Minas Gerais (2,1%) e a pequena redução do emprego industrial na Guanabara (-0,1%). Pernambuco, com um crescimento de 3,2%, vem mostrando uma forte tendência ascendente desde agosto do ano passado.

Aqui não há índice sobre a Bahia, mas acredito que, com o desenvolvimento industrial, na Bahia também haja esse acréscimo.

Dentre os quinze ramos industriais que compõem a amostra, crescimentos significativos foram registrados na indústria mecânica (15,0%), material de transporte (9,2%), papel (8,2%), vestuário e calçado (8,1%), material elétrico e de comunicações (7,5%) e produtos plásticos (7,5%).

É interessante notar que a menor taxa de crescimento do emprego nas indústrias tradicionais reflete o processo de reestruturação observado neste setor. Este processo, ademais da modernização de algumas unidades produtivas, tem implicado na eliminação de empresas do setor. Como decorrência, a produção destas indústrias se expandiu a taxas mais altas do que no ano passado — com a única exceção da indústria de bebidas — e a produtividade média da mão-de-obra empregada cresceu em mais de 10% no setor têxtil e em 9% no setor de alimentos elaborados.

Nos setores que aceleraram o ritmo de absorção de mão-de-obra verificaram-se também consideráveis aumentos de produtividade. No setor da indústria mecânica, por exemplo, a produtividade de mão-de-obra empregada cresceu em quase 16% nos primeiros quatro meses de 1972, e na indústria de produtos plásticos o crescimento de produtividade foi superior a 16%.

A elevação do salário-médio no período foi de 26,5%, contra 24% em 1971. Em termos reais, o salário-médio do setor industrial elevou-se em quase 7% no primeiro quadrimestre de 1972, enquanto que em 1971 este crescimento foi ligeiramente inferior a 2%.

As taxas de aumento de emprego, assim como dos salários-médios reais, indicam que a demanda interna privada vem-se elevando continuamente. Ademais, o Governo federal, através de sua política de gastos públicos, tem contribuído, direta e indiretamente, para elevar ainda mais a

demanda agregada global. Estimativas preliminares indicam que as despesas do Tesouro Nacional registraram, em termos reais, um incremento de 16% no período janeiro-maio de 1972.

Situação da Agricultura

Segundo os dados preliminares do Ministério da Agricultura, anteriores à recente geada, as previsões referentes à safra de 1972 indicam situação bastante favorável.

Está-se ainda dimensionando o efeito da geada sobre a safra de café, principalmente a do próximo ano.

Em termos gerais, a previsão relativa às lavouras indica um crescimento da ordem de 11% contra 14,3% ocorrido em 1971. Observe-se, todavia, que a expansão de 1971 foi fortemente influenciada por alguns produtos, especialmente o café, que apresentou aumento de 121%, mas em função da acentuada redução de produção verificada no ano anterior.

As estimativas referentes aos produtos de maior expressão, além do café, evidenciam a seguinte situação:

algodão: aumento de 15%;

amendoim: crescimento de 10%;
arroz: grande expansão, de cerca de 25% cumprindo notar, entretanto, que a safra anterior fora bastante prejudicada por situações climáticas desfavoráveis;
feijão, batata inglesa e cebola: produção em níveis análogos ou

um pouco superiores aos do ano anterior, suficientes para atender às necessidades do consumo interno;

milho: aumento de cerca de 11%;
soja: crescimento excepcional, com elevação da ordem de 40%;
trigo: produção de 2,2 milhões de toneladas, com um aumento de 10%, em relação à safra comercializada de 1971.

No setor animal, a previsão é de crescimento de 5%, melhor, portanto, do que o de 1971, que se situou em 4,3%.

Preços

Os dados disponíveis, compreendendo os meses de janeiro a junho, indicam comportamento mais favorável dos preços no ano em curso relativamente a igual período de 1972.

O custo de vida na Guanabara apresentou elevação de 8,0% no total e de 7,8% no item alimentos, inferior à de 1971, cujos níveis foram de 9,3% e 11,0%, respectivamente.

Os preços por atacado (disponibilidade interna) passaram, no total, de 13,2% em 1971 para 7,8% neste ano, destacando-se o componente alimentação, com crescimento de apenas 6,2%, contra 19,6% no ano passado.

Desaceleração análoga indica o Índice Geral de Preços, que evoluiu de 11,0% para 9,0%.

No quadro a seguir estão sintetizados esses principais indicadores:

Índices de Preços

(Variações percentuais: janeiro-junho)

	1971 (%)	1972 (%)
Custo de Vida (Guanabara)		
Total	9,3	8,0
Alimentos	11,0	7,8
Preços por Atacado		
Disponibilidade Interna		
Geral	13,2	7,8
Produtos Alimentares	19,6	6,2
Índice Geral de Preços		
Disponibilidade Interna	11,5	8,5

Aspectos Monetários e Financeiros

a) Autoridades Monetárias e bancos comerciais

Nos cinco primeiros meses do corrente ano, registrou-se expansão nominal de 6,1% nos meios de pagamento, o que equivale a virtual estabilidade, em termos reais. Dita expansão foi decorrência sobretudo da

elevação dos depósitos à vista (+ 7,4%), já que o acréscimo de papel-moeda situou-se ao nível de apenas 0,6%.

Os empréstimos bancários ao setor privado — totalizando Cr\$ 54.967 milhões, em maio — apresentaram crescimento de 10,5% até aquele mês, inferior, portanto, ao do observado em 1971, cuja expansão registrou 12,9%.

Esse menor crescimento ocorreu exclusivamente com relação às operações do Banco do Brasil (autoridades monetárias), que passaram de um aumento de 13,8 em 1971 para apenas 2,5% neste ano, com o saldo de Cr\$ 16.000 milhões ao final do período. Nos bancos comerciais o saldo atingiu Cr\$ 38.967 milhões, representando expansão de 14,1% em 1972, contra 12,5%, no ano anterior.

b) Instrumento financeiro de renda fixa

O saldo das poupanças voluntárias aplicadas em instrumentos financeiros de renda fixa — letras de câmbio, depósitos a prazo, cadernetas de poupança, letras imobiliárias e obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional — se elevou em 30 de abril último a Cr\$ 42,2 bilhões, equivalente a um aumento nominal de 16,7% nos primeiros quatro meses do ano. O Sistema Financeiro de Habitação foi o setor mais ativo na captação de recursos voluntários do público, atingindo as aplicações em cadernetas de poupança e em letras imobiliárias a Cr\$ 8,1 bilhões, 24% acima do nível de dezembro de 1971.

Os depósitos a prazo dos bancos comerciais e de investimentos se expandiram em 19% no quadrimestre.

O saldo de letras de câmbio das financeiras cresceu a uma taxa superior a 17% durante o quadrimestre, notando-se a intensificação deste ritmo em meses mais recentes. Entretanto, com as letras de câmbio dos bancos de investimento (crescimento de 3%), a situação se apresenta diferente. Como consequência da Resolução do Banco Central de 2 de fevereiro último, o volume destas letras tende a baixar, uma vez que somente as financeiras operarão com este tipo de papel.

O saldo de ORTNs cresceu em 10% no período janeiro-abril.

Outra fonte de recursos das instituições financeiras são os repasses, que podem provir de fontes externas e de fundos oficiais tais como o FINAME, o PIS e o FGTS. A canalização dos recursos é feita primordialmente pelos bancos de investimento, e representam mais de dois terços do total dos repasses. Ademais o ritmo de crescimento dos repasses externos tem sido mais rápido do que o dos repasses oficiais. No período janeiro-abril de 1972, enquanto que o total dos repasses cresceu em 39%, os de origem externa cresceram em 49% e os de fundos oficiais em apenas 21%.

Já o Sistema Financeiro de Habitação depende essencialmente dos re-

ursos provenientes do FGTS, cujo saldo alcançou Cr\$ 12 bilhões, em maio de 1972. O crescimento desde dezembro de 1971 foi de 22% e a participação no total dos recursos repassados do sistema foi de 98%. Se aos recursos do FGTS forem adicionados os recursos captados do público através das letras imobiliárias e das cadernetas de poupança, cuja taxa de crescimento foi de 24%, conclui-se que os programas habitacionais dispuseram de recursos adicionais da ordem de Cr\$ 4 bilhões nos primeiros cinco meses do ano.

c) BNDE

No primeiro trimestre de 1971 o BNDE concedeu créditos de Cr\$ 409 milhões, substancialmente acima do montante de crédito concedido em igual período de 1971.

Como em períodos anteriores, o BNDE utilizou quase que exclusivamente recursos internos para financiar suas operações de crédito. Dentre estes recursos convém mencionar as transferências contidas no orçamento da União e a participação do imposto sobre operações financeiras. Em 1972 apenas 3% do crédito concedido foram financiados com recursos externos.

As primeiras estimativas, baseadas em informações da CACEX, referentes ao Comércio Exterior no corrente ano (de janeiro a junho), embora representem dados preliminares sujeitos naturalmente a retificações, já indicam expressiva melhoria no comportamento das exportações, especialmente as de Produtos Industrializados.

O total das exportações atingiu a ordem de US\$ 1.647 milhões, representando expansão de cerca de 33,0% em relação ao mesmo período de 1971, quando o valor das exportações fora de US\$ 1.236 milhões. Os Produtores Industrializados, que em 1971 representavam 28,2% do total, passaram agora para 29,4%, com um crescimento este ano de 39,4%.

No mesmo período, as reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias atingiram cerca de US\$ 2,4 bilhões.

São dados, Sr. Presidente, que trago ao conhecimento do Senado, numa demonstração de que o esforço do Governo federal em favor do desenvolvimento nacional está-se dando a olhos vistos, com dados positivos, para isso contribuindo também poderosamente o sentido que o empresário

particular dedica a esta obra governamental.

Esta, a informação que queria trazer ao Senado da República, agradecendo a atenção de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e a dos meus ilustres colegas. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 91, de 1972, de autoria do Senhor Senador Filinto Müller, solicitando a constituição de uma Comissão de 3 membros, para representar o Senado no lançamento, pelo Ministro da Agricultura, da Campanha da Produção e da Produtividade, a realizar-se em Uberlândia, a 18 de agosto.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972 (oferecido pela Comissão de Economia como conclusão de seu parecer n.º 238, de 1972), que autoriza a emissão, pela Prefeitura Municipal de Jau, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A, tendo PARECER, sob n.º 239, de 1972, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 112, de 1971, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a obrigatoriedade do alistamento eleitoral dos alfabetizados de mais de dezoito anos, e determina outras providências, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (oferecido em seu Parecer n.º 220, de 1972), aprovado em primeiro turno na sessão de 8-8-72.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 48, de 1972 (CN), que "cria cargo em comissão de Secretário de Tecnologia Industrial, no Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1972

As dezesseis horas do dia onze de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Arnon de Mello, Virgílio Távora, Dinarte Mariz, Orlando Zancaner, Augusto Franco, José Augusto e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Hildebrando Guimarães, Diogo Nomura, Vasco Neto, Josias Leite e Heitor Cavalcanti, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 48, de 1972 (CN).

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Augusto Franco, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Vasco Neto.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Virgílio Távora	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Ney Ferreira	11 votos
Senador Ruy Carneiro	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador Virgílio Távora e Deputado Ney Ferreira.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Virgílio Távora agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Josias Leite.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Lêda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Virgílio Távora
Vice-Presidente: Deputado Ney Ferreira
Relator: Deputado Josias Leite

ARENA

Senadores

1. Benedito Ferreira
2. Arnon de Mello
3. Virgílio Távora
4. Dinarte Mariz
5. Milton Cabral
6. Orlando Zancaner
7. Augusto Franco
8. Vasconcelos Torres
9. José Augusto
10. Emival Caiado

Deputados

1. Hildebrando Guimarães
2. Diogo Nomura
3. Antônio Florêncio
4. Vasco Neto
5. Flávio Giovine
6. Josias Leite
7. Aécio Cunha
8. Heitor Cavalcanti

MDB

1. Ruy Carneiro

1. Ney Ferreira
2. Adalberto Camargo
3. Fernando Cunha

CALENDÁRIO

Dia 11-8 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;
Até dia 31-8-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com art. 110, do Regimento Comum.

FAZO

Até dia 31-8 — na Comissão Mista;

Até dia 29-9 — no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Telefone 24-8105 — Ramais 314 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 49, de 1972, do Senhor Presidente da República, submetendo à elevada deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 1.234, de 25 de julho de 1972, que "dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.117, de 10 de agosto de 1970".

1.ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1972

As 16,30 horas do dia 11 de agosto de 1972, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Ruy Santos, Tarso Dutra, Wilson Gonçalves, Alexandre Costa, Fausto Castelo Branco, Cattete Pinheiro, Augusto Franco e Benedito Ferreira e os Srs. Deputados João Alves, José Alves, Rezende Monteiro e Joaquim Macedo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 49, de 1972, do Sr. Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 1.234, de 25 de julho de 1972, que "dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.117, de 10 de agosto de 1970".

De acordo com dispositivo regimental, assume a presidência o Sr. Senador Ruy Santos que declara instalados os trabalhos da Comissão, determinando providências no sentido de se proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente designa para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Wilson Gonçalves.

Procedida a votação, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Parsifal Barroso	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Benjamin Farah	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Deputado Parsifal Barroso e Senador Benjamin Farah.

Na ausência dos eleitos, o Sr. Presidente designa relator da matéria o Sr. Senador Augusto Franco.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Geraldo Sobral Rocha, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Parsifal Barroso
Vice-Presidente: Senador Benjamin Farah
Relator: Senador Augusto Franco

ARENA

Senadores

1. Ruy Santos
2. Antônio Carlos
3. Tarso Dutra
4. Wilson Gonçalves
5. Alexandre Costa
6. Fausto Castelo-Branco
7. Cattete Pinheiro
8. João Cleofas
9. Augusto Franco
10. Benedito Ferreira

Deputados

1. Fagundes Netto
2. João Alves
3. Parsifal Barroso
4. José Alves
5. Rezende Monteiro
6. José Haddad
7. Joaquim Macedo
8. Geraldo Bulhões

MDB

- | | |
|-------------------|--------------------|
| 1. Benjamin Farah | 1. Lisâneas Maciel |
| | 2. Eloy Lenzi |
| | 3. Fernando Lyra |

CALENDÁRIO

Dia 10-8-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Até dia 31-8-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 31-8-72 na Comissão Mista;

Até dia 29-9-72 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Telefone 24-8105 — Ramais 312 e 303.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3.º-Secretário:		Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Guido Mondin (ARENA — RS)		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Paulo Tórres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domício Gondim
Orlando Zancaner

SUPLENTE

ARENA

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
José Augusto

SUPLENTE

ARENA

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

SUPLENTE

ARENA

Milton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tórres	Alexandre Costa
José Lindoso	Orlando Zancaner
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Guimard	
Flávio Britto	
Vasconcelos Torres	

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
— (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra
Osires Teixeira	
Heitor Dias	
Jessé Freire	

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	

MDB

Danton Jobim Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.
Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

(DCN — 2-9-1970, pág. 477)

- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

**Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE: a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) Índice alfabético remissivo — 389; b) Índice numérico por espécie de processo — 458.

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00
encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do STF (Portaria n.º 87) — índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PAGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

SUMULÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Sobre a Correção Monetária, advinda com a Lei nº 4.686, de 1965, acaba de ser publicada uma coleção de acórdãos do Excelso Supremo Tribunal Federal. Trabalho organizado por Jardele Noronha e Odaléa Martins, ambos autores de várias obras sobre a Jurisprudência daquela Alta Corte.

Este novo trabalho, acompanhado de todas as Leis inerentes ao assunto, é apresentado com uma bela e judiciosa apreciação do eminente professor Pereira Lira, que sobre o mesmo diz, textualmente, da sua necessidade para os que militam na Justiça.

ROTEIRO: Jurisprudência (acórdãos) — Legislação Citada — Índice Alfabético Remissivo — Índice Numérico dos Julgamentos — Índice da Legislação Citada.

São dois volumes, num total de 960 páginas

PREÇO Cr\$ 60,00

NOVO CÓDIGO PENAL

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma Seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.ª PARTE: Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940); — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69, Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40, e Legislação Correlata.

Preço: Cr\$ 15,00

NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR e NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 28, publica as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO — "Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia" (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas" (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de Iniciativa das Leis" (Professor Roberto Rosas) — "O Sistema Representativo" (Professor Paulo Bonavides)

CÓDIGOS — "Código Penal Militar" 1.ª Parte: I — Anteprojeto do Código Penal Militar (autor: Ivo d'Aquino); II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.ª Parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.000, de 21-10-69 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44 (Ana Valdevez Ayres Neves de Alencar) — "Código do Processo Militar" — "Lei Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

PUBLICAÇÕES — Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Volume com 430 páginas, preço Cr\$ 10,00

Os pedidos devem ser endereçados ao **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL** — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, nominal, visado, e pagável na praça de Brasília.

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00